

Historiografia e genealogia: testemunhos galego-portugueses dos finais do séc. XIII e inícios do séc XIV

José Carlos Ribeiro Miranda*

Tempos houve em que se considerava ter a historiografia portuguesa tido início com Fernão Lopes. Após o árduo, minucioso e pioneiro trabalho de Lindley Cintra em meados do século passado, esse limite recuou para a primeira metade do séc. XIV. Ultimamente, dando sequência ao labor de Diego Catalán e dos seus discípulos, entre os quais Inés Fernandez-Ordóñez, o jovem investigador Filipe Moreira defendeu a existência de uma "primeira crónica portuguesa" anterior a 1282.

Entretanto, alteraram-se as perspectivas de estudo. A investigação sobre historiografia, inicialmente confinada a um preciso género literário que tinha na "crónica" a sua mais acabada expressão, alarga-se a um "campo historiográfico", lugar de confluência de formas diversas de actualização e representação do passado. Como consequência, revalorizam-se testemunhos aparentemente apenas documentais como os escritos analísticos; com o suporte simultâneo da crítica textual e da crítica interpretativa, apura-se com mais rigor o contributo do "cantar" e das tradições orais; a narrativa historiográfica encara-se não apenas como transposição mimética do evento acontecido, mas também na tradição textual em que se inscreve e no poder simbólico que transmite; a escrita genealógica é finalmente revisitada na tremenda capacidade de preenchimento da memória que sempre a orientou¹.

O olhar volta-se agora não apenas para a grande obra acabada, mas para os materiais que ajudaram a que ela existisse. Da crónica enquanto produto monumental recua-se ao *scriptorium*, aos procedimentos compilatórios

* Professor da FLUP; investigador do Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade.

¹ Mesmo incorrendo na injustiça de não nomear todos os que tem dado um contributo sério para o avanço dos estudos sobre "historiografia" hispânica nos últimos anos, estas considerações fundamentam-se em grande medida nas poderosas reflexões de CATALÁN 1971, 1999 e 2002.

e redactoriais, aos "borradores". Na discriminação das fases deste processo, ponderam-se momentos diversos que terão correspondido a intenções e estratégias diferenciadas. A obra final transfigura-se num processo alongado no tempo e resultante de iniciativas várias, assumidas por meios que se foram sucedendo, sendo mesmo possível associar-lhes individualidades específicas, quando as circunstâncias permitem identificá-las com alguma credibilidade.

É nesta linha de inquérito que nos propomos reflectir sobre a situação vivida em Portugal, ou no Ocidente ibérico, entre a segunda metade do séc. XIII e os primeiros anos do séc. XIV. Não nos círculos afectos à casa reinante em Portugal, donde terá saído a *Primeira Crónica Portuguesa*, mas sim naqueles meios aristocráticos que, como veremos, foram desenvolvendo testemunhos de um posicionamento ideológico próprio, hostil ao poder reinante em Portugal.

(a)

Nesse sentido, começaremos pelo mais antigo testemunho genealógico oriundo da área galego-portuguesa. Para a elaboração do *Livro Velho de Linhagens*, cuja redacção primitiva terá ocorrido por volta de 1270², o linhagista contou certamente com muita informação genealógica local e também com uma versão do *Conto de Salomão com base no qual concebeu a *Lenda de Gaia*³. É de salientar que fez uso ainda de um conjunto de fontes das quais destacamos o *Liber Regum*, na versão original navarra redigida circa 1196; um conjunto de Anais de matéria castelhana; e uma narrativa épica em língua vulgar, certamente versificada, na qual uma das personagens centrais era o rei Fernando Magno.

Consideradas em si, estas obras tão díspares na tipologia □ um escrito genealógico em língua vulgar, uma relação analítica em latim, e um animado conjunto narrativo de novo em vulgar □ apontam num um sentido bem preciso, que é servirem de fundamento à construção da história mítica do reino de Castela.

A linhagem dos Juizes de Castela, donde descendem quer os condes autonomistas, quer o Cid Campeador, são peça central da construção do *Liber*

² MATTOSO (1991)

³ MIIRANDA (1982); RAMOS (2004).

Regum, complementada pela identificação dos fundadores de Burgos e Amaia presentes nos Anais, tudo confluindo para o primeiro monarca castelhano, que unificou Castela e o reino leonês, do qual os condados do ocidente eram parte integrante. A conquista da Beira por Fernando Magno, com relevo particular para Coimbra, constituíam acontecimentos legitimatórios de soberania que nenhuma das citadas obras silenciava.

Para que foram usadas semelhantes fontes pelo linhagista português? A resposta tentámos já adiantá-la num estudo recente em vias de publicação⁴: na sua perspectiva ideológica, a um evidente afastamento da nobreza portuguesa em nome da qual falava relativamente à dinastia reinante em Portugal devia corresponder uma deliberada e notória aproximação aos poderes que se haviam afirmado no centro da Península. Deste modo, adicionava uma dimensão territorial e um prestígio mais amplos a linhagens que, na realidade, eram apenas de infanções locais.

Ainda assim, alguma distinção é necessária na estratégia seguida por cada uma das mais importantes linhagens consagradas no *Livro Velho*, os da Maia e os de Sousa. Enquanto aos primeiros, na condição de linhagem mais antiga, mas também já extinta na prática, se procurava uma origem remota, num Rei Ramiro anterior à fundação de Leão, complementando-a com sucessivas alianças matrimoniais asturianas e bizcaínhas, aos segundos, linhagem não só ainda activa, mas sem dúvida a mais importante do reino para além da linhagem régia, as preferências iam, num período primordial, para alianças matrimoniais castelhanas, nas figuras de Don Diego, povoador de Burgos, e sobretudo Fernando Magno, por meio de um seu hipotético filho bastardo, figura que, à falta de realidade histórica, virá a ter uma fortuna importante na ficção literária das gestas e das crónicas.

Em, ambos os casos, a busca de uma legitimidade que provém do centro da Península é evidente, com especial relevo para uma orientação que vai ao encontro da Castela mítica. Em contraponto, as ligações ao antigo mundo leonês são subtilmente desviadas ou até rasuradas, o mesmo se passando no tocante à casa real portuguesa, sobre a qual se proferem palavras azedas ou se faz puro silêncio.

⁴ MIRANDA (2008,b)

(b)

Cerca de uma geração depois, numa iniciativa que tem tanto de pioneiro quanto de surpreendente, é traduzida para galego-português a *Crónica de Castela*. Ora, esta crónica é uma peça especial no contexto da cronística em vulgar dos finais do séc. XIII. Considerada por Catalán (2002) "la más interessada en el estamento nobiliario, la menos afín a la jerarquía eclesiástica y la menos dependente de la corona entre nuestras historias anteriores al siglo XV", arranca contudo do esforço alfonsino, ou seja, dos materiais reunidos no *scriptorium* de Afonso X tendo em vista a concretização da redacção da *Estória de España*. Será contemporânea da *Versão Amplificada* escrita em 1289 na corte de Sancho IV e com esta versão partilha um ascendente comum, embora na parte referente à história mais recente, da morte de Afonso VI em diante, esse parentesco se transfira para a *Versão Crítica da Estória de España*, a última das versões elaboradas debaixo do controle directo do Rei-Sábio.

A *Crónica de Castela* é concebida, portanto, em meios situados perto da corte régia mas que não se podem confundir com esse centro de poder até porque este produz, pela mesma altura, um texto cronístico de natureza fundamentalmente diferente.

Na realidade, ao contrário do que sucedia com a cronística alfonsina, a *Crónica de Castela* oferece uma perspectiva castelhanizante da história peninsular. Um dos elementos centrais dessa perspectiva é o manifesto desinteresse pela dinastia leonesa, que em várias ocasiões se dá por extinta, sucedendo precisamente o contrário com o ascendência que de Fernando Magno que remonta aos condes de Castela e à realeza navarra. Essa ascendência condal castelhana é, todavia, transposta para a prosa cronística a partir do texto de um cantar épico a que já atrás aludimos, actualmente conhecido pela versão tardia designada *Mocedades de Rodrigo*, cujo início segue as linhas genealógicas iniciadas pelo *Liber Regum* e no qual a lenda dos Juízes de Castela é parte central.

Condes de Castela e linhagem de Rodrigo Diaz de Bivar formam assim as duas linhas genealógicas que vêm confluír na narrativa desta crónica castelhana, cujo início narra extensamente episódios onde sobressai o extraordinário par formado pelo rei Fernando e pelo jovem Rui Diaz, numa

cavaleiresca disputa de funções entre o rei e o cavaleiro, onde facilmente se reconhece o fundamental da pauta ideológica aristocrática nos finais do séc. XIII.

Tendo em atenção as alusões à deposição de Sancho II que contém, a *Crónica de Castela*, no seu original, conhece ainda materiais provenientes de Portugal, provavelmente a *Primeira Crónica Portuguesa* que fora já usada por Afonso X na *Versão Crítica da Estória de España*⁵. Além disso, interessa directamente ao reino do Ocidente da Península. Tanto a cronística anterior, latina ou vulgar, cujo texto retoma, como as proto-*Mocedades de Rodrigo*, que lhe servem de fonte complementar para a sua parte inicial, são pródigas em afirmar que Fernando Magno é o conquistador de Coimbra e de todo o reino de Portugal situado entre o Douro e o Mondego. Coloca-se mesmo a hipótese de ter existido uma parte deste cantar épico, entretanto perdida, onde a campanha em "Portugal, essa tierra jensor" apresentasse uma dimensão mais ampla do que o poema actualmente conhecido ou a *Crónica* transmitem.

Todavia não parecem ter sido apenas essas as razões que ditaram que uma crónica tão ideologicamente castelhana obtivesse o favor de uma tradução galego-portuguesa executada entre 1295 e 1312. Esta aclimação da *Crónica de Castela* em ambiente galego-português só se compreende se tiver existido núcleo aristocrático no Ocidente peninsular que perfilhava ideias legitimatórias semelhantes às que haviam já sido expressas anos atrás no *Livro Velho de Linhagens*. E ainda que esse grupo tenha tido uma convergência com os grupos aristocráticos castelhanos, situados próximo da corte régia, responsáveis pela produção daquela crónica⁶.

(c)

A tradução galego-portuguesa da *Crónica de Castela* existente (normalmente designada pela sigla A) foi ainda acompanhada por dois textos importantes para compreender o ambiente em que se veio a ancorar. Um deles destinou-se a fornecer a continuação a uma narrativa que, na tradição herdada do Tudense e do Toledano, terminava com a conquista de Córdoba por Fernando III em 1236. Na realidade, em pouco mais de um fólio, esta versão

⁵ Aspecto a desenvolver por Filipe Moreira em estudo em vias de publicação.

⁶ Para o que se segue, ver MIRANDA (2008,a).

termina com uma breve súmula do restante período de governo de Fernando III, da totalidade do reinado de Afonso X e ainda de Sancho IV. Transitando de uma forma flagrante da ideologia legitimat ria decorrente da própria cr nica para as suas consequências políticas, esse breve texto, específico da tradução galego-portuguesa, mostra-se de grande dureza para com a política de Afonso X, sobretudo no tocante ao confronto com os nobres que marcou o final do reinado do rei Sábio e aos conflitos que ditaram a sua deposição de facto.

Seguindo uma lógica compreensível, dos meios da nobreza portuguesa que anos antes tinham revelado, no *Livro Velho de Linhagens*, uma manifesta hostilidade   monarquia que os governava intra-muros, emanava agora uma nova geração que mantinha a mesma atitude, mas desta vez para com o monarca que mais se destacara no reino unificado de Leão e Castela. Decididamente, a realza, qualquer que ela fosse, era uma instituição com a qual estes meios conviviam mal...

(d)

A versão galego-portuguesa da *Crónica de Castela* presente em A teve ainda a preced -la um texto que, apesar da sua reduzida dimensão e aparente irrelevância testemunhal, se reveste de uma importância singular. Na realidade, tal como tivemos já oportunidade de defender, a *Crónica de Castela* não se destinou a constituir uma parte de um todo, ao contrário do que a sua posterior utilização pelo Conde de Barcelos e pela Crónica de 1404 pode dar a entender. Na realidade, ela cont m em si os elementos informativos suficientes para que não seja necessário explicar os seus antecedentes. Todavia, a ser-lhe aposta uma introdução, dificilmente ela poderia fugir   construção genealógico-legitimat ria do *Liber Regum*, a única que veiculava uma alternativa consistente e castelhanizante   tradicional construção cronística leonesa.

Na realidade, é isso que vai suceder em A2a, tendo o redactor galego-português interpretado com uma extraordinária coerência aquilo que eram os princípios em se fundamentava a cr nica que se propunha introduzir. E na realização deste propósito torna-se particularmente significativo que tanto as fontes a que vai recorrer como a fixação dos momentos e personagens que d o corpo a esse passado mítico sejam em alguma medida os mesmos que haviam já sido seleccionados para compor partes nevrálgicas do *Livro Velho de*

Linhagens. É necessário, todavia, ter em conta tanto as aproximações como as diferenças entre estes dois textos, em ordem a avaliar o respectivo significado.

Enquanto no *Livro Velho de Linhagens* (LV) o *Liber Regum* (LR) era uma referência apenas detectável em evocações localizadas, em A2a este compêndio genealógico navarro é literalmente transcrito numa porção importante, desde a vinda do Godos à Península até à ruptura dinástica do tempo de Afonso II.

Também o redactor de A2a, à semelhança do que ocorrera com o LV, investiu fortemente na figura do rei Ramiro. Mas desta vez esse Ramiro não é a cabeça de uma qualquer linhagem de infanções, antes aquele que protagonizou a ruptura com o poder muçulmano, recusando-se a pagar o tributo das cem donzelas. Num breve episódio, indica-se que, chamado à batalha em Clavijo, Ramiro vê a vitória sorrir-lhe pela aparição de Santiago em forma de cavaleiro branco, após o que retribuirá essa ajuda com a concessão dos famosos "votos".

Neste ponto, torna-se também patente a utilização directa, embora de uma forma resumida, do texto do *Privilegio de los votos a Santiago*, enquanto no LV a dádiva do rei Ordonho a Santiago como retribuição dos favores recebidos □ os "votos", afinal □ se confinara apenas a uma breve alusão, reveladora de um conhecimento indirecto de tal fonte.

Embora LV e A2a sigam rumos divergentes na manipulação da figura do rei Ramiro, em alguns pontos convergem sem que seja possível para já entender cabalmente em que medida essa convergência representa proximidade entre as duas iniciativas de escrita. Um desses pontos é aquele em que ambos os textos misturam características das biografias historiográficas e da cronologia de Ramiro I e do seu homólogo Ramiro II, opção na qual não constituem exemplos isolados, porque também Gonzalo de Berceo, na parte final da *Estória de San Millán*, procede do mesmo modo.

Ambs os textos recorrem a anais de matéria castelhana donde são provenientes as alusões os próceres D. Diego de Burgos e D. Rodrigo de Amaia (este apenas em A2a), e ainda algumas das acções protagonizadas quer por Ramiro, quer pelo seu filho Ordonho, nomeadamente o "povoamento" da "vila de Leom", que em A2a é atribuído ao primeiro.

Por último, a gesta das *Mocedades de Rodrigo*, na versão conhecida no séc. XIII, é evocada tanto na parte final de A2a como na figura do filho de Fernando Magno, "par de Emperador", mencionada em lugar de destaque no *Livro Velho de Linhagens*, podendo constituir em absoluto a *mais antiga menção conhecida* quer ao epíteto do rei castelhano, quer à personagem do seu filho bastardo.

É mais amplo o leque de fontes pertencentes ao "campo historiográfico" utilizado por A2a do que pelo *Livro Velho de Linhagens*. Contudo, a base estrutural é mesma porque se trata das fontes sistematicamente utilizadas, ao longo do séc. XIII, para fazer e refazer o passado mítico castelhano. Que seja possível rastreá-las no Ocidente peninsular, sobretudo em Portugal, é bem revelador do perfil identitário daquela porção da nobreza galego-portuguesa onde esses textos circulavam e donde saíram as iniciativas linhagísticas e historiográficas a que nos vimos referindo.

De notar ainda que, para além da redacção do *Livro de Linhagens do Deão*, ocorrida num arco cronológico bem mais adiantado e deliberadamente fazendo sobrepor a função documental à dimensão representativa e simbólica, a produção aristocrática deverá esperar pela actividade de D. Pedro Afonso, Conde de Barcelos, para conhecer um novo fôlego e uma nova fase. Sendo possível verificar, à partida, que tanto no *Livro de Linhagens* de sua autoria, como na *Crónica de 1344*, o filho de D. Dinis fez confluír a produção régia e as iniciativas aristocráticas que rastreámos num caudal único, está ainda por desvendar como trabalhou na realidade e quais os contornos precisos do seu projecto e da sua mundividência global .

Bibliografia:

CATALÁN, Diego (1962), *De Alfonso X al Conde de Barcelos. Cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla e Portugal*, Madrid, Gredos.

——— (2000) *La épica española. Nueva documentación y nueva evaluación*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal.

——— (2002) *El Cid en la historia y sus inventores*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal.

- CATALÁN, Diego /ANDRÉS, Soledad de (1970) *Edición Crítica del Texto Español de la Crónica de 1344 que Ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso*, Madrid, Gredos
- CINTRA, Luís Filipe de Lindley (1950a), "O Liber Regum e outras fontes do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro", *Boletim de Filologia*, XI (II), , págs. 224-251.
- (1950b) "Uma tradução galego-portuguesa desconhecida do *Liber Regum*", *Bulletin Hispanique*, LII, nºs 1-2, , págs. 27-40.
- *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, vol. I (Introdução)1951; voll, 1954; vol. III, 1956; vol. IV, 1991.
- COOPER, Louis (1960), *El Liber Regum. Estudio lingüístico*, Institución «Fernando el Católico».
- KRUS, Luís (1994), *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa*, Redondo, Patrimonia.
- MARTIN, Georges (1992), *Les Juges de Castille. Mentalités et discours historique dans l'Espagne médiévale*, Paris, Klincksieck.
- MATTOSO, José (1980), *Portugaliae Monumenta Historica*. Nova Série, vol. II, *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa.
- (1981) *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Lisboa, Estampa.
- (1999) "A transmissão textual dos livros de linhagens", in *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, org. Isabel Hub Faria, Lisboa, Edições Cosmos, págs. 565-584.
- MATTOSO, José/PIEL, Joseph (1980), *Portugaliae Monumenta Historica*. Nova Série, vol. I. *Livros Velhos de Linhagens*, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa,.
- MIRANDA, José Carlos (1988), "A «Lenda de Gaia» dos Livros de Linhagens: uma Questão de Literatura?", *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas*, II série, vol. V, t. II, Porto, págs. 483/515
- (2008,a) "A Introdução à Versão Galego-Portuguesa da *Crónica de Castela* (A2a): Fontes e estratégias", *Guarecer on-line* (www.seminariomedieval.com), Agosto.
- (2008,b) "Do *Liber Regum* ao *Livro Velho de Linhagens*", a publicar nas actas do congresso da SEMYR, 2008.

MOREIRA, Filipe (2008), *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*, Porto, Estratégias Criativas.

RAMOS, Maria Ana (2004), "Hestorja dell Rej dom Ramjro de lleom... Nova versão de *A Lenda de Gaia*", *Crítica del testo*, VII, 2, págs. 791-843.

SOUSA, D. António Caetano de (1739), *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Lisboa, Officina Siliviana da Academia Real, (reimp. Coimbra, Atlântida, 1946), [*Livro Velho de Linhgens*, págs. 247-267].

VEIGA, A. Botelho da Costa (1943), "Os Nossos Nobiliários Medievais (Alguns elementos para a cronologia da sua elaboração)", Separata dos *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, Lisboa,.